



Expediente do TRF2 e das Seções Judiciárias do RJ e ES está suspenso no dia 25 e será das 8 às 13h no dia do jogo do Brasil nas oitavas de final

Na sexta-feira, 25 de junho, não haverá expediente no TRF2 e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em razão do jogo da seleção brasileira na data. Dependendo do resultado do jogo, o Brasil se classificará para as oitavas de final em primeiro ou em segundo lugar do grupo G da copa do mundo. Por conta disso, o próximo jogo da seleção, depois do dia 25, será na segunda-feira, 28, ou na terça-feira, 29. Em qualquer uma das duas hipóteses, o time brasileiro jogará às 15 horas e 30 minutos.

Se a participação do Brasil nas oitavas de final for no dia 28, o expediente da Justiça Federal da 2ª Região na segunda-feira será de 8 às 13 horas. Se for no dia 29, o expediente na data será igualmente das 8 às 13 horas. Neste caso, o expediente na segunda-feira será normal.

As alterações atendem ao disposto na Resolução nº 06, de 2 de junho de 2010, assinada pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Paulo

Espírito Santo, que trata do expediente da Corte e da Justiça Federal fluminense e capixaba nos dias de jogos da seleção brasileira. Ainda de acordo com a Resolução, o atendimento ao público externo no dia 28 ou no dia 29 - dependendo da data do jogo do Brasil - será feito de 09 às 13 horas.

O documento assinado pelo presidente do TRF2 também determina que as horas não trabalhadas sejam compensadas em dias a serem fixados pelos respectivos superiores hierárquicos.

Os prazos processuais que vencerem ou iniciarem nestas datas prorrogam-se até o primeiro dia útil subsequente.

(www.trf2.jus.br)



Seções de Distribuição da JFES juntas a partir de 5 de julho

A partir de 5 de julho as duas seções de distribuição da Justiça Federal do Espírito Santo – Seção de Distribuição Cível e Criminal (Sedic) e Seção de Distribuição dos Juizados Especiais Federais e Execução Fiscal (Sedijef), que atualmente funcionam em prédios separados, passarão a funcionar em um mesmo local: 1º andar do Ed. Jerônimo Monteiro, na Av. Getúlio Vargas.

Já o recebimento e a digitalização das iniciais serão concentrados no térreo do prédio sede, na Cidade Alta, salvo nos casos das ações criminais. Segundo a diretora do Núcleo de Distribuição da JFES, Ana Carla Marques dos Santos Belmiro, como ainda não foi implantado o processo virtual nas varas criminais, não estando sujeitas ao processo de digitalização, as ações criminais continuarão sendo recebidas pela Sedic, em seu novo endereço.

Com a mudança, os telefones das seções também serão alterados para: Sedic (3183-5302), Sedijef (3183-5208), Sedigi (3183-5194), Sepric (3183-5096) e NDI (3183-5206).

XII Concurso para juiz substituto na 2ª Região: sessão pública de identificação das notas será dia 24

O Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XII Concurso Público para provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal de Primeira Instância na Segunda Região (RJ e ES), Poul Erik Dyrlynd, divulgou nota no dia 16 de junho comunicando que a Sessão Pública de identificação das notas das provas escritas será no dia 24 de junho, quinta-feira, às 10 horas, na sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rua do Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro).

Suspenso expediente dia 29 na Subseção de Cachoeiro de Itapemirim

O diretor do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, editou nesta segunda-feira, 21, portaria que suspende o expediente na Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim no dia 29 de junho, feriado no município. Ficam prorrogados até o primeiro dia útil subsequente os prazos que vencerem nessa data. Dia 29 é Dia de São Pedro, padroeiro daquela cidade.

OAB instala copiadora no prédio sede da JFES

A Justiça Federal do Espírito Santo cedeu espaço na garagem (1E) do prédio sede da Seccional, para instalação de uma máquina copiadora pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Operada por uma funcionária da Ordem, a copiadora já está funcionando e atenderá a advogados e estagiários inscritos na OAB/ES, de segunda a sexta, das 12 às 18 horas.

Iluminuras entrevista autor sobre o Direito do Trabalho Difuso

No programa Iluminuras desta semana você vai conhecer uma obra rara encontrada na biblioteca da Câmara dos Deputados. O livro “Vocabulário Português e Latino”, escrito pelo padre Rafael Bluteau, foi publicada em Lisboa, no ano de 1712 e oferecido ao Rei de Portugal, Dom João V. A raridade foi publicada no século XVIII, quando a linguística adquiriu um cunho mais prático e pedagógico, em Portugal. A obra serviu de base aos dicionários posteriores do idioma português.

No Encontro com Autor você vai ver uma entrevista com o mestre em Direitos Difusos e Coletivos, e especialista em Direito do Trabalho, Aarão Miranda da Silva. Ele vem ao programa falar sobre seu livro: “O Direito do Trabalho Difuso”. Durante a entrevista, o autor fala porque resolveu escrever sobre o tema: “A idéia de escrever sobre direito do trabalho difuso começou quando eu tive um contato maior com a literatura que abrangia o trabalho escravo, o trabalho degradante, o trabalho forçado e aí os meus estudos foram se aprofundando e culminou nessa obra, “O Direito do Trabalho Difuso”.

Já no quadro Ex-Libris, o passeio desta semana é pela biblioteca pessoal da promotora de justiça do MPDFT, Vívian Caldas. Além de se dedicar à leitura de obras jurídicas, ela sempre arruma um tempinho para as obras de suspense e para os romances.

E o Iluminuras mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias. São eles: “Curso de Direito Constitucional”, de Guilherme Peña de Moraes, da Editora Atlas; “Introdução ao Direito Penal”, de Gianpaolo Poggio Smanio e Humberto Barrionuevo Fabretti, da Editora Atlas; e “Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho”, da Valentin Carrion, da Editora Saraiva.

O programa inédito vai ao ar na TV Justiça, quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: sábado, 18h; segunda-feira, 13h30, terça-feira às 10h30. O Iluminuras também está no YouTube. Para ver este programa, basta acessar: www.youtube.com/programailuminuras. Assessoria do Iluminuras

Judiciário e Executivo se unem contra as drogas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República firmaram nesta segunda-feira (21/06) termo de cooperação técnica com o intuito de combater e prevenir o uso de drogas. O acordo, assinado em Brasília durante a abertura da VII Semana Nacional sobre Drogas – A Juventude na prevenção do uso de drogas, faz parte do “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas” e prevê a capacitação de servidores e magistrados no atendimento aos usuários de drogas. (...) www.cnj.jus.br

CNJ estimula a adoção de planejamento estratégico para reduzir excesso de processos

O excesso de processos em tramitação na Justiça tem levado magistrados a serem menos juízes e mais administradores. “É preciso sair desta inércia e vencer dois perigos reais que esta situação gera: a acomodação e a improvisação”, disse nesta quarta-feira (23/06), o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ives Gandra Martins Filho, no último dia do Workshop sobre a Meta 5 do Judiciário, que acontece na Escola Nacional de Administração, em Brasília. A solução está, segundo ele, no planejamento estratégico, que tem sido estimulado pelo CNJ, desde a sua criação, há cinco anos. (...) www.cnj.jus.br

Mutirões da Cidadania tornarão a Justiça mais efetiva e acessível

A concentração de esforços nos Mutirões da Cidadania deixará a Justiça mais próxima do cidadão. Essa é a avaliação dos conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que participaram, nesta terça-feira (22/06), da solenidade de lançamento do projeto, em Brasília. Segundo o conselheiro Ives Gandra, o sucesso dos mutirões tornará a “Justiça mais efetiva, barata, acessível, segura e que atenda ao jurisdicionado”. O projeto é composto por um conjunto de ações direcionadas aos idosos, crianças e adolescentes, mulheres e pessoas portadoras de necessidades especiais. (...) www.cnj.jus.br

Pesquisa vai nortear políticas do Judiciário para infância e juventude

Maiores investimentos na infraestrutura de atendimento das varas de infância e juventude e na capacitação e especialização dos profissionais foram algumas das necessidades apontadas na pesquisa “Justiça Infanto-Juvenil: situação atual e critérios de aprimoramento”, divulgada nesta terça-feira (22/06), na sede do Conselho Nacional de Justiça em Brasília (DF). Realizado pelo CNJ, em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (Ipea), o estudo traça um diagnóstico da situação da Justiça infanto-juvenil no Brasil, que servirá de parâmetro para os investimentos e políticas públicas do Judiciário voltados ao tema. (...) www.cnj.jus.br